



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2026

(Do Sr. ROBERTO MONTEIRO PAI)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública acerca da realização, pela Polícia Federal, de mutirão para emissão de passaportes em Fernando de Noronha.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao **Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, nos seguintes termos:

1. Quais fatores motivaram a realização do primeiro mutirão de emissão de passaportes pela Polícia Federal em Fernando de Noronha;
2. Qual é a estimativa de demanda reprimida por emissão de passaportes entre moradores do arquipélago;
3. Quantos atendimentos estão previstos para os dias 19 e 20 de maio de 2026 e qual a capacidade diária de atendimento do novo posto da Polícia Federal em Fernando de Noronha;
4. Se haverá disponibilização permanente do serviço de emissão de passaportes no arquipélago após a realização do mutirão;
5. Quais servidores, equipamentos, sistemas e recursos logísticos serão mobilizados para a coleta biométrica, fotografia, conferência documental e entrega dos passaportes no próprio posto;
6. Qual foi o custo estimado da implantação do serviço e da realização do mutirão, incluindo deslocamento de servidores, instalação de equipamentos, manutenção de sistemas e demais despesas operacionais;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Roberto Monteiro Pai PL - RJ

Apresentação: 27/05/2026 10:18:25.270 - Mesa

RIC n.1485/2026

7. Se o atendimento dependerá exclusivamente de agendamento por e-mail ou se será disponibilizado sistema eletrônico oficial de marcação, com critérios transparentes de priorização;
8. Quais medidas serão adotadas para atender moradores que não conseguirem realizar agendamento prévio, especialmente idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores com restrição de horário e cidadãos com urgência comprovada;
9. Qual o prazo estimado para entrega dos passaportes solicitados durante o mutirão e se haverá mecanismo de acompanhamento do andamento do pedido pelos cidadãos atendidos;
10. Se a nova sede ou novo posto da Polícia Federal em Fernando de Noronha contará com estrutura permanente para outros serviços federais de atendimento ao cidadão, além da emissão de passaportes;
11. Quais critérios o Ministério utiliza para definir a expansão ou interiorização de serviços da Polícia Federal em localidades isoladas, arquipélagos, regiões de difícil acesso e municípios distantes das capitais;
12. Se há planejamento para realização de novos mutirões de emissão de passaportes ou ampliação de serviços da Polícia Federal em outras localidades com dificuldade de acesso a unidades presenciais.

JUSTIFICATIVA

Foi noticiado que a Polícia Federal realizará, nos dias 19 e 20 de maio de 2026, o primeiro mutirão de emissão de passaportes em Fernando de Noronha, com atendimento no posto localizado no Porto de Santo Antônio, mediante preenchimento prévio do formulário, pagamento da Guia de Recolhimento da União e agendamento por e-mail.

A iniciativa é relevante por ampliar o acesso de moradores do arquipélago a serviço federal essencial, evitando deslocamentos onerosos ao continente para a coleta biométrica, conferência documental e demais etapas necessárias à emissão do passaporte.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Roberto Monteiro Pai PL - RJ

Apresentação: 27/05/2026 10:18:25.270 - Mesa

RIC n.1485/2026

Considerando a localização insular de Fernando de Noronha, as dificuldades logísticas enfrentadas pela população local e a inauguração de nova estrutura da Polícia Federal na ilha, mostra-se necessário compreender a capacidade de atendimento, os custos envolvidos, os critérios de agendamento, a previsão de continuidade do serviço e a possibilidade de expansão de iniciativas semelhantes para outras localidades de difícil acesso.

Diante da importância da medida para a cidadania, a mobilidade internacional e a interiorização dos serviços públicos federais, faz-se necessário obter informações detalhadas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de subsidiar o exercício da função fiscalizatória do Parlamento.

Sala das Sessões, 04 de maio de 2026.

Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)
Deputado Federal

